

Pneus usados e idéias velhas

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

Recentemente, o Ministério da Fazenda relançou a idéia de redução de tarifas de importação, dadas a situação favorável que caracteriza o balanço de pagamentos e a folga proveniente da incidência do PIS e do Cofins sobre preços de produtos importados. Retomou, assim, assunto que já havia sido ventilado no passado, quando se tratava da proposta de liberalização de tarifas industriais que o Brasil poderia apresentar no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC).

O que se viu em resposta foi uma barragem de críticas de organizações de classe, empresários, comentaristas econômicos e postulantes a cargos de influência no governo que sucederá ao de Lula. Não há nada de surpreendente no fato de que interesses beneficiados por determinada política tratem de defender-se da mudança do status quo. Afinal, a maximização do benefício próprio é um axioma que poucos estariam dispostos a questionar. O que é inaceitável é que estas críticas busquem impedir a análise das opções abertas à ação do governo para alcançar melhor equilíbrio entre interesses de produtores, consumidores e contribuintes.

O argumento brandido pelos críticos da proposta é que seria inoportuna, porque o Brasil está empenhado numa série de negociações comerciais, e que qualquer redução tarifária esvaziaria o seu poder de barganha. O argumento é fraco. Muitos críticos loquazes precisam inteirar-se de que as tarifas que estão sendo negociadas em Genebra são tarifas consolidadas, ou seja, as tarifas máximas que o Brasil pode cobrar sobre bens industriais, de acordo com os resultados da Rodada Uruguai do Gatt. As tarifas efetivamente aplicadas pelo Brasil estão muito abaixo disso: a média é da ordem de 11%, em contraste com os 35% correspondentes às tarifas consolidadas para produtos industriais. A proposta da Fazenda tem que ver com tarifas aplicadas, não envolvendo nenhuma concessão permanente pelo Brasil. Ou, quem sabe, os críticos querem que a tarifa aplicada seja aumentada para 35% para, assim, maximizar o poder de barganha do Brasil?

Quando as críticas pretendem ser mais substantivas, concentram-se na necessidade de manter proteção alta para compensar as conseqüências pretensamente funestas da taxa de câmbio apreciada e das altas taxas de juros. Os espetaculares resultados da balança comercial com as exportações crescendo a taxas superiores a 22% em 12 meses, ainda acima das importações, não parecem indicar que haja deterioração significativa do desempenho externo. De qualquer forma, política protecionista não é o instrumento adequado para resolver as desvantagens apontadas. Seria bem melhor para o País que a ênfase dos críticos da proposta de liberalização fosse reorientada para o front fiscal, onde estão os reais obstáculos à redução de juros.

A ubiqüidade do coro protecionista se faz perceber, também, na mobilização de "especialistas" estrangeiros para reforçar as vozes nacionais. No já folclórico Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, economistas cujas opiniões idiossincráticas encontram escassa repercussão nos seus países de origem são aclamados ao defenderem

mais inflação, em detrimento de políticas macroeconômicas restritivas, e mais proteção tarifária, em vez de liberalização. Nesta atmosfera circense, o terreno é fértil para que se aplauda o uso generoso de escolhas discricionárias para "criar vantagens comparativas". São esquecidos os fracassos das muitas Caraíbas e Coalbras em meio a uma lamentável confusão entre manutenção de proteção alta e subsídios ao desenvolvimento tecnológico mais do que justificáveis, pois objetivam corrigir divergências entre custos e benefícios sociais e privados. Velhas raposas deveriam distinguir os 35% de tarifa aplicada sobre autoveículos (e mais de 60% de proteção efetiva) do apoio bem-sucedido à Embrapa..Toda esta movimentação em torno da mobilização de apoio externo para propostas indefensáveis é a cabal ilustração de que, num mundo globalizado, é sempre possível obter pretensão respaldo acadêmico para qualquer idéia meio estapafúrdia que venha a ocorrer por aqui. Num país em que se proíbe a importação de pneus usados, é impressionante o surto de importações de opiniões obsoletas e mal requentadas.

As críticas à proposta de liberalização sugerem que parcelas significativas do empresariado brasileiro continuam a tentar identificar a defesa de seus interesses especiais com a defesa de interesses coletivos e a endossar alegremente políticas baseadas na escolha de vencedores. Mesmo que no passado muitos que pareciam potenciais vencedores se tenham mostrado perdedores. Num país em que a política comercial seja minimamente sofisticada, negociações comerciais são utilizadas, entre outros objetivos, para erodir o poder de barganha dos setores que se beneficiam de proteção alta no próprio país. Além disso, é importante lembrar, quanto mais perfuntórias as ofertas de liberalização tarifária de bens industriais, mais limitadas as propostas de redução da proteção agrícola nas economias desenvolvidas.

Ao contrário do que se sugere, o Brasil progrediu bem pouco no terreno da liberalização comercial nos últimos 12 anos. No governo FHC, recuou bastante em 1995, para depois corrigir o retrocesso. No atual governo petista, o Ministério da Fazenda, concentrado nas políticas fiscal e monetária, fez muito ao impedir o recuo na liberalização, como gostaria de ver boa parte da coalizão governista. Avançar rumo à maior liberalização comercial é justificável para tarifas consolidadas na OMC e para tarifas efetivamente aplicadas no País. Esperemos que prevaleça em 2007, com Lula ou Alckmin, uma política comercial que se afaste do mercantilismo demonstrado agora por boa parte do meio empresarial e da atual administração.

*Marcelo de Paiva Abreu, doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor-titular do Departamento de Economia da PUC-Rio